



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO**

**"Montenegro Cidade das Artes  
Capital do Tanino e da Citricultura"**



**RELATÓRIO DE REUNIÃO**

**Data:** 05.06.2014

**Proc. n.º:** 124 – SI 072/14

**Horário início:** 9h

**Término:** 10h15min

**Assunto:** reunião para tratar sobre cessão de uso de área da municipalidade para a Associação dos Deficientes Físicos e Ostomizados – ASSDEFO.

**Requerentes:** Vers. Rosemari Almeida (PP), Renato Kranz (PMDB), Marcos Gehlen – Tuco (PT).

**Convidados:** Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento – SMGEP, Secretaria Municipal de Obras Públicas – SMOP e Presidente da ASSDEFO, conforme Requerimento n.º 053/2014.

**Presentes:** Lista de presenças anexa ao referido processo.

**Principais pontos Destacados:** Inicialmente, o Presidente da Casa, Vereador Renato Kranz, leu o requerimento que deu origem à reunião. Mencionou o grande desejo do Vereador Claudimir dos Santos, falecido no final de dois mil e treze, que, no momento em que assumiu a vereança como seu suplente, deixou requerimento aprovado para realização de reunião a fim de tratar do assunto da cedência de terreno público para construção da sede da ASSDEFO. O processo para cedência já estava tramitando dentro das secretarias da Prefeitura no governo anterior, esperando que a atual administração encaminhasse o projeto de lei para o Poder Legislativo. Garantiu que, em memória ao Vereador Claudimir, vai lutar para que a ASSDEFO tenha essa sede. A ASSDEFO, atualmente, tem dificuldades em se reunir. Afirmou que a Câmara continua à disposição da ASSDEFO para realização de suas reuniões. Destacou a importância da participação de representantes da SMGEP (ausentes ao encontro), porque estava com essa Secretaria a responsabilidade pelo andamento do projeto. O Secretário Juan Rocha assumira, na época, a responsabilidade sobre isso. Disse que mais uma vez não cumpriu aquilo que ele tinha se comprometido a fazer. O Vereador Marcos Gehlen observou que a luta pela acessibilidade é recorrente, tendo na ASSDEFO um ícone. O fato de a ASSDEFO ter sua sede própria irá potencializar a ação dessa entidade tão importante para o Município, que ainda não entendeu sua importância. Não se pode mais aceitar, numa sociedade que tem o estatuto da pessoa com deficiência, com diversas leis de acessibilidade, que a cidade não tenha um respaldo para uma entidade dessa envergadura. Falou que o objetivo da reunião era o de verificar em que pé está isso e qual é a proposta do Executivo. Lembrou que a Escola Álvaro de Moraes voltará a ocupar as dependências do prédio que estava em reforma, restando o espaço da Estação da Cultura novamente livre. A ASSDEFO poderia estar se reunindo novamente lá de modo provisório. No entanto, externou desejo de que a ASSDEFO tenha sede própria. A Vereadora Rosemari Almeida comentou sobre a necessidade de se ter uma resposta sobre a situação, pois o ex-vereador Claudimir lutou muito por essa sede. Esclareceu que a sede não é apenas para fazer as reuniões mensais, os membros têm outras atividades. O próprio Poder Executivo talvez não tenha entendido a importância da ASSDEFO: eles atendem à comunidade, distribuem cadeiras de rodas, etc., promovem bingos beneficentes para



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO**

**"Montenegro Cidade das Artes  
Capital do Tanino e da Citricultura"**



arrecadação de dinheiro e materiais para doação. A sede é importante para que eles possam guardar o material de doação, bem como a documentação referente à entidade. Sobre a atual situação, destacou que eles estavam se reunindo ao ar livre na Estação da Cultura, na falta de um prédio próprio onde pudesse realizar suas reuniões. Afirmou que a ASSDEFO precisa ter sua sede. Lembrou reunião realizada em dezembro. No meio da reunião, na falta de informação sobre a situação e localização do processo de cedência do terreno, telefonaram para Juan Rocha, que dissera que não estava encontrando o processo. Prometera que, assim que o encontrasse, mandaria ofício comunicando do fato. Na falta dessa comunicação, os Vereadores proponentes resolveram realizar nova reunião, pois já estava acertado cedência de terreno localizado no Loteamento Luís Inácio à ASSDEFO. O Secretário Municipal de Obras Públicas, Vagner Coitinho, com relação ao processo de cedência do imóvel para a ASSDEFO, confessou que não tem o que falar sobre o andamento do mesmo, pois não pertence a sua Secretaria. Com relação a uma sede para a ASSDEFO, contou que surgiu a possibilidade de a municipalidade ceder à ASSDEFO um dos prédios que o Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul – IPERGS está cedendo ao Município. A intenção é ceder temporariamente o prédio localizado na Rua Osvaldo Aranha, ao lado da Casa do Agricultor, para que a ASSDEFO analise a viabilidade de estabelecer a sua sede própria nesse local. No entanto, enfatizou que a Associação deveria manter a luta por ter um terreno próprio para erguer sua futura sede. O Prefeito tem interesse em ceder esse prédio para alocar a sede provisória da ASSDEFO. Disponibilizou-se a correr atrás de um imóvel definitivo para a ASSDEFO. Destacou que o Vereador Claudimir cobrara muitas coisas que hoje estão se concretizando na Secretaria. A presidente da ASSDEFO, Cíntia Azeredo, mencionou que o ex-vereador Claudimir encaminhou ofício para construção da sede da ASSDEFO. Afirmou que vão aceitar a proposta do Prefeito da cedência do prédio do IPERGS e que estão discutindo a fim de fazer um novo pedido para cedência de terreno para construção de sede da ASSDEFO. Contou que hoje terão reunião na Estação. No entanto, o próximo encontro não poderá ocorrer nesse espaço, pois os alunos da Escola Estadual de Ensino Fundamental Manoel de Souza Moraes vão utilizá-lo. Falou da dificuldade das pessoas se deslocarem até o local. Garantiu que vão continuar a lutar por um terreno, talvez até mais centralizado, para a construção da sede própria. Observou que têm o apoio da Vereadora Rosemari, que ela vai apoiar a Associação nesse pedido para cedência de um terreno municipal para a construção de sua sede. Comentou que é importante ter uma sede para guardar o material e a documentação, além de se constituir em uma referência para o pessoal se reunir. O Vereador Kranz revelou que na época em que fora Secretário de Agricultura, em dois mil e seis, havia a intenção de comprar o imóvel pertencente ao IPERGS. Por questões burocráticas e administrativas, a aquisição não ocorrera. Perguntou em que situação está o processo de repasse do prédio ao Município. O Secretário de Obras respondeu que o Município não irá comprá-lo. Os prédios localizados nas ruas Osvaldo Aranha e da José Luís serão cedidos por cinco ou seis anos. Em contrapartida, o Município cederá um ou dois funcionários para fazer os atendimentos do IPERGS em Montenegro. Afirmou que esse



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO**

**"Montenegro Cidade das Artes  
Capital do Tanino e da Citricultura"**



processo será concluído nos próximos dias e que o Município irá abarcar recursos para a recuperação desses imóveis e adequações para acessibilidade. A Vereadora Rosemari fez as seguintes questões: tem documentado o interesse tanto do Município quanto do Estado de firmar esse contrato? Quanto tempo demandaria para concluir esse processo para vir para a Câmara? Depois que isso for concretizado, quanto tempo demandaria a reforma de que os prédios necessitam? O Secretário garantiu que nos próximos dias ocorrerá essa cedência. Quanto à reforma, disse que ela ficará pronta dentro de sessenta a noventa dias. A Vereadora Rosemari externou que comunga da ideia de aceitar essa cedência, sem deixar de lutar pela construção de uma sede própria, com um novo requerimento por parte da ASSDEFO. Também integrante da ASSDEFO, André Luis da Rosa, corroborou que precisam ter a garantia de terem uma sede. O Vereador Tuco comprometeu-se a entrar em contato com Juan Rocha para que ele acompanhe esses acontecimentos e que vai provocá-lo para que esses direitos fundamentais dos cidadãos montenegrinos sejam ampliados, principalmente na questão da acessibilidade mínima nas calçadas, de acordo com as normas legais. André sugeriu projeto de lei em que a SMOP ficasse encarregada de entregar manual com as normas de acessibilidade para construção de calçadas aos proprietários de imóveis que o requeressem na Prefeitura. Vagner externou a intenção de vincular o "habite-se" do prédio com a execução adequada do calçamento. Esclareceu que a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO tem previsão de cinquenta mil reais para investimentos em acessibilidade nas calçadas. O processo está indo para o setor de licitações, de modo que os recursos serão aplicados nas áreas centrais da cidade. Falou sobre as ações da Secretaria no que tange a adequação das calçadas às normas legais de acessibilidade. Comprometeu-se em levar adiante a ideia proposta pelo integrante da ASSDEFO. O Vereador Kranz apontou o compromisso de levar adiante a ideia de projeto de lei que vincule a liberação do "habite-se" com a construção adequada da calçada. Perguntou se o decreto da acessibilidade está em vigor. O decreto previa que todos os alvarás não seriam expedidos enquanto o local não tivesse acessibilidade. Perguntou se isto está ocorrendo. O Secretário Vagner esclareceu que seriam liberados os alvarás para os prédios que já tinham o "habite-se", na condição de que na primeira reforma eles teriam que se adequar integralmente. Hoje, todo o projeto de construção de prédios novos que entra na Prefeitura tem que contemplar os itens integrais da acessibilidade. Atualmente, não se aprova um projeto sem que ele tenha condições de acessibilidade, seja de prédio industrial ou comercial. O Vereador Kranz cobrou ações proativas para que os comércios se adaptem às normas de acessibilidade. Vagner reclamou da redução do quadro de fiscais na Prefeitura. A Secretaria está buscando aumentar seu efetivo, dobrando o número atual. O quadro atual não tem condições de ir atrás dos estabelecimentos já construídos, a falta de contingente impede uma cobrança mais efetiva por parte da municipalidade. Cintia reclamou das condições dos banheiros de alguns estabelecimentos comerciais destinados a deficientes, que não estão de acordo com as normas. André mencionou que criou um cadastro dos estabelecimentos que se adequam às normas de acessibilidade, disponível em [www.cidadeacessivel.com](http://www.cidadeacessivel.com). O



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO**

**"Montenegro Cidade das Artes  
Capital do Tanino e da Citricultura"**



Vereador Kranz cobrou o cumprimento da legislação que reserva dois por cento dos estacionamentos públicos para deficientes, inclusive tendo encaminhado a solicitação ao Ministério Público, por falta de efetivação da norma por parte do Executivo Municipal. Vagner noticiou que técnicos da Prefeitura foram até Santa Cruz do Sul verificar o sistema de trânsito dessa cidade, que reserva vagas para deficientes. Disse se tratar de um sistema muito interessante, com controle informatizado, além de sua implementação ser rápida e eficaz. Estão num processo de convencimento da Administração para sua implantação. Por fim, o Presidente da Casa lamentou profundamente a ausência de integrantes da SMGEP. *Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião.....*

**Ver<sup>a</sup>. Rosemari Almeida – PP  
(1ª autora)**

**Ver. Renato Antonio Kranz,  
Presidente.**